



PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

LEI ORDINÁRIA Nº 4146, DE 02 DE ABRIL DE 2002

**INSTITUI O CONSELHO
ASSISENSE ANTIDROGAS -
CAAD, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica instituído o Conselho Assisense Antidrogas -CAAD, como órgão deliberativo e consultivo que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, de que trata o Decreto Federal nº 3.696, de 21 de Dezembro de 2000, especialmente o Conselho Estadual de Entorpecentes -CONEN/SP.

Art. 2º – Ao Conselho compete:

I – Formular a política antidrogas em concordância com as diretrizes do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN e do Conselho Estadual de Entorpecentes -CONEN/SP, compatibilizando suas atividades;

II – Promover, coordenar e estimular estudos e pesquisas sobre o tema;

III – Promover a uniformização da terminologia;

IV – Promover cursos destinados a habilitar educadores do ensino fundamental, médio e superior no que se refere à prevenção e orientação de usuários ou dependentes de substâncias que determinem dependência física e/ou química.

V – Incentivar a introdução do tema no desenvolvimento normal dos



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

currículos de ensino, como resultado do trabalho interdisciplinar que envolva toda a comunidade escolar e em todos os níveis.

VI – Estabelecer fluxos contínuos de informação entre o Conselho Municipal e os Conselhos Estadual e Federal de Entorpecentes, com vistas, inclusive, à realização de pesquisas diversas e ao levantamento estatístico sobre o consumo de drogas.

VII – Celebrar convênios e elaborar outros instrumentos hábeis que viabilizem a consecução dos objetivos propostos.

VIII – Apoiar a política local de repressão.

IX – Deliberar sobre a política municipal antidrogas de atenção primária, secundária e terciária.

X – Promover, incentivar e participar de eventos que tenham por objetivo a atenção primária, secundária e terciária;

XI – Estabelecer e aprovar o Plano de Ação do CAAD;

XII – Acompanhar grupos de apoio que executem trabalhos junto às crianças, adolescentes e famílias visando orientar a prevenção primária, secundária e terciária.

XIII – Apoiar ações que assegurem o cumprimento do Art. 81, II e III da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

XIV – Aprovar a realização de campanhas ou eventos antidrogas relativos à atenção primária, secundária ou terciária.

XV – Elaborar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º – O Conselho Assisense Antidrogas – CAAD, será integrado pelos seguintes Membros:

I – Órgãos Públicos

a) ~~dois representantes da Secretaria Municipal da Educação.~~



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

~~b) dois representantes da Secretaria Municipal da Saúde.~~

~~c) dois representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social.~~

~~d) um representante da Secretaria Municipal de Governo e Negócios~~

~~Jurídicos:~~

~~e) um representante da Secretaria Municipal da Fazenda.~~

~~f) dois representantes da Diretoria Regional de Ensino.~~

~~g) dois representantes da Polícia Civil.~~

~~h) dois representantes da Polícia Militar.~~

~~i) um representante do Ensino Superior.~~

~~j) um representante do Hospital Regional.~~

~~k) um representante da Câmara Municipal de Assis.~~

~~I – Órgãos Públicos~~

~~a) um representante da Secretaria Municipal da Educação;~~

~~b) um representante da Secretaria Municipal da Saúde;~~

~~c) um representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;~~

~~d) um representante da Secretaria Municipal de Governo e Administração;~~

~~e) um representante da Diretoria Regional de Ensino;~~

~~f) um representante da Polícia Civil;~~

~~g) um representante da Polícia Militar;~~

~~h) um representante do Hospital Regional;~~

~~i) um representante do Ensino Superior Público;~~

~~j) um representante do Poder Judiciário;~~

~~k) um representante da Câmara Municipal de Assis. [\(Redação dada pela Lei](#)~~

[Ordinária nº 5369, de 19 de março de 2010\).](#)

~~II – Sociedade Civil~~

~~a) dois representantes dos Clubes de Serviço.~~

~~b) dois representantes da Maçonaria.~~

~~c) dois representantes das Entidades de Atendimento a dependentes~~

~~químicos.~~

~~d) um representante do Conselho Tutelar.~~



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

~~e) dois representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.~~

~~f) um representante do Ensino Superior privado.~~

~~g) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Assis.~~

~~h) um representante da Associação Paulista de Medicina – Regional Assis.~~

~~i) um representante da Associação Comercial Industrial de Assis – ACIA.~~

~~j) um representante do Comitê Civil de Apoio e Prevenção a AIDS.~~

~~k) dois representantes do Ensino Fundamental e Médio da Rede Particular de Ensino.~~

~~l) um representante de Entidades não governamentais que trabalhem na prevenção do uso de drogas e recuperação de dependentes químicos.~~

II – Sociedade Civil

a) dois representantes das entidades não governamentais que trabalham na prevenção do uso de drogas e recuperação de dependentes químicos;

b) um representante das entidades que trabalham na prevenção e recuperação de alcoólatras;

c) um representante do Conselho Tutelar;

d) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil;

e) um representante das Associações de Bairros;

f) um representante do Ensino Superior Privado;

g) um representante do Ensino Fundamental e Médio da Rede Particular de Ensino;

h) um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

i) um representante da sociedade civil de notório conhecimento e/ou experiência na área;

j) um representante da Associação Paulista de Medicina. [\(Redação dada pela Lei Ordinária nº 5369, de 19 de março de 2010\).](#)

§ 1º – Os Conselheiros do inciso I, alíneas de "a" a "e", serão indicados pelo Prefeito; os das demais alíneas serão indicados pelas respectivas autoridades



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

competentes, indicações estas que deverão serem realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação apresentada pelo CAAD.

§ 2º – Os Conselheiros do inciso II serão eleitos pelo voto das respectivas entidades ou serviços reunidos em Assembléia. O conselho providenciará o cadastramento dos serviços e entidades referentes a cada alínea e procederá à convocação das Assembléias, assegurando ampla informação e participação.

§ 3º – Os membros do Conselho exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitida a uma recondução, por igual período.

Art. 4º – O CAAD deverá eleger uma Diretoria Executiva, composta por:

- Presidente,
- Vice-Presidente,
- 1º Secretário,
- 2º Secretário,
- 1º Tesoureiro,
- 2º Tesoureiro.

Art. 5º – As funções de Membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art. 6º – Os recursos necessários a implantação das atividades indispensáveis ao pleno funcionamento do Conselho correrão por conta de dotação orçamentária específica, bem como aqueles oriundos de convênios ou repasses de órgãos governamentais, que comporão o "Fundo do CAAD", a ser regulamentada por lei específica.

Art. 7º – A Prefeitura Municipal assegurará instalações e funcionários para permitir ao Conselho Assisense Antidrogas -CAAD manter uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal "Profª Judith de Oliveira Garcez"
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Art. 8º – De acordo com as necessidades, o CAAD, poderá convidar pessoas da comunidade constituir uma Câmara técnica/científica de apoio às suas ações, voltadas para a política de prevenção e uso de drogas.

Art. 9º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.843, de 17 de dezembro de 1.990.

Prefeitura Municipal de Assis, em 02 de abril de 2002.

CARLOS ÂNGELO NÓBILE
Prefeito Municipal

ÂNGELO CARMO BELUCI
Secretário Municipal de Governo e Negócios

Jurídicos

Publicado na Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos, em de abril de 2002.

ÂNGELO CARMO BELUCI
Secretário Municipal de Governo e Negócios

Jurídicos



DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA DE ASSIS

Paço Municipal “Profª Judith de Oliveira Garcez”
Secretaria Municipal de Governo e Administração

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

PAÇO MUNICIPAL "PROFª JUDITH DE OLIVEIRA GARCEZ" CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E NEGÓCIOS JURÍDICOS

PROTÓCOLO DE RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS
Número.....1084.....Data.....04.04.2002.....
Horário.....17:18.....
.....
Responsável

LEI Nº 4.146 DE 02 DE ABRIL DE 2.002

Institui o Conselho Assisense Antidrogas – CAAD, e dá outras providências

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ASSIS:

Faço saber que a Câmara Municipal de Assis aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

- Art 1º.** Fica instituído o Conselho Assisense Antidrogas – CAAD, como órgão deliberativo e consultivo que se integrará na ação conjunta e articulada de todos os órgãos de níveis federal, estadual e municipal que compõem o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes, de que trata o Decreto Federal nº 3.696, de 21 de Dezembro de 2000, especialmente o Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SP.
- Art 2º.** Ao Conselho compete:
- I. Formular a política antidrogas em concordância com as diretrizes do Conselho Federal de Entorpecentes - CONFEN e do Conselho Estadual de Entorpecentes – CONEN/SP, compatibilizando suas atividades;
 - II. Promover, coordenar e estimular estudos e pesquisas sobre o tema;
 - III. Promover a uniformização da terminologia;
 - IV. Promover cursos destinados a habilitar educadores do ensino fundamental, médio e superior no que se refere à prevenção e orientação de usuários ou dependentes de substâncias que determinem dependência física e/ou química.
 - V. Incentivar a introdução do tema no desenvolvimento normal dos currículos de ensino, como resultado do trabalho interdisciplinar que envolva toda a comunidade escolar e em todos os níveis.
 - VI. Estabelecer fluxos contínuos de informação entre o Conselho Municipal e os Conselhos Estadual e Federal de Entorpecentes, com vistas, inclusive, à realização de pesquisas diversas e ao levantamento estatístico sobre o consumo de drogas.
 - VII. Celebrar convênios e elaborar outros instrumentos hábeis que viabilizem a consecução dos objetivos propostos.
 - VIII. Apoiar a política local de repressão.
 - IX. Deliberar sobre a política municipal antidrogas de atenção primária, secundária e terciária.
 - X. Promover, incentivar e participar de eventos que tenham por objetivo a atenção primária, secundária e terciária;
 - XI. Estabelecer e aprovar o Plano de Ação do CAAD;
 - XII. Acompanhar grupos de apoio que executem trabalhos junto às crianças, adolescentes e famílias visando orientar a prevenção primária, secundária e terciária.
 - XIII. Apoiar ações que assegurem o cumprimento do Art. 81, II e III da Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
 - XIV. Aprovar a realização de campanhas ou eventos antidrogas relativos à atenção primária, secundária ou terciária.
 - XV. Elaborar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II Da Composição

Art 3º. O Conselho Assisense Antidrogas – CAAD, será integrado pelos seguintes Membros:

- I- Órgãos Públicos
- a) dois representantes da Secretaria Municipal da Educação.
 - b) dois representantes da Secretaria Municipal da Saúde.
 - c) dois representantes da Secretaria Municipal da Assistência Social.
 - d) um representante da Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos.
 - e) um representante da Secretaria Municipal da Fazenda.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

PAÇO MUNICIPAL "PROFª JUDITH DE OLIVEIRA GARCEZ"
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E NEGÓCIOS JURÍDICOS

LEI Nº 4.146 DE 02 DE ABRIL DE 2.002.....fls. 02

- f) dois representantes da Diretoria Regional de Ensino.
- g) dois representantes da Polícia Civil.
- h) dois representantes da Polícia Militar.
- i) um representante do Ensino Superior.
- j) um representante do Hospital Regional.
- k) um representante da Câmara Municipal de Assis.

II- Sociedade Civil

- a) dois representantes dos Clubes de Serviço.
- b) dois representantes da Maçonaria.
- c) dois representantes das Entidades de Atendimento a dependentes químicos.
- d) um representante do Conselho Tutelar.
- e) dois representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- f) um representante do Ensino Superior privado.
- g) um representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB Assis.
- h) um representante da Associação Paulista de Medicina - Regional Assis.
- i) um representante da Associação Comercial Industrial de Assis - ACIA.
- j) um representante do Comitê Civil de Apoio e Prevenção a AIDS.
- k) dois representante do Ensino Fundamental e Médio da Rede Particular de Ensino.
- l) um representante de Entidades não governamentais que trabalhem na prevenção do uso de drogas e recuperação de dependentes químicos.

§ 1º Os Conselheiros do inciso I, alíneas de "a" a "e", serão indicados pelo Prefeito; os das demais alíneas serão indicados pelas respectivas autoridades competentes, indicações estas que deverão serem realizadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da solicitação apresentada pelo CAAD.

§ 2º Os Conselheiros do inciso II serão eleitos pelo voto das respectivas entidades ou serviços reunidos em Assembléia. O conselho providenciará o cadastramento dos serviços e entidades referentes a cada alínea e procederá à convocação das Assembléias, assegurando ampla informação e participação.

§ 3º Os membros do Conselho exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitida a uma recondução, por igual período.

Art 4º. O CAAD deverá eleger uma Diretoria Executiva, composta por:

- Presidente,
- Vice-Presidente,
- 1º Secretário,
- 2º Secretário,
- 1º Tesoureiro,
- 2º Tesoureiro.

Art 5º. As funções de Membro do Conselho não serão remuneradas, porém, consideradas de relevante serviço público.

Art 6º. Os recursos necessários a implantação das atividades indispensáveis ao pleno funcionamento do Conselho correrão por conta de dotação orçamentária específica, bem como aqueles oriundos de convênios ou repasses de órgãos governamentais, que comporão o "Fundo do CAAD", a ser regulamentada por lei específica.

Art 7º. A Prefeitura Municipal assegurará instalações e funcionários para permitir ao Conselho Assisense Antidrogas – CAAD manter uma Secretaria Geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu funcionamento.

Art 8º. De acordo com as necessidades, o CAAD poderá convidar pessoas da comunidade, constituir uma Câmara técnica/científica de apoio às suas ações, voltadas para a política de prevenção e uso de drogas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSIS

PAÇO MUNICIPAL "PROFª JUDITH DE OLIVEIRA GARCEZ"
SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E NEGÓCIOS JURÍDICOS

LEI Nº 4.146 DE 02 DE ABRIL DE 2.002.....fls. 03

Art 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.843, de 17 de dezembro de 1.990.

Prefeitura Municipal de Assis, em 02 de abril de 2.002

CARLOS ÂNGELO NÓBILE
Prefeito Municipal

ÂNGELO CARMO BELUCI

Secretário Municipal de Governo e Negócios Jurídicos
Publicado na Secretaria Municipal de Governo e Negócios Jurídicos, em 02 de abril de 2.002

ÂNGELO CARMO BELUCI
Secretário Municipal de Governo e Negócios Jurídicos